



LOCAL
GENDER
EQUALITY

Guia para a Integração a Nível
Local da Perspetiva de Género na

Educação

Sandra Saleiro e Virgínia Ferreira (coord.)

Rosa Monteiro

Mónica Lopes

Cláudia Múrias



FICHA TÉCNICA

Título

Guia para a Integração a Nível Local da Perspetiva de Género na Educação

Editor

CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Autoria

Sandra Saleiro e Virgínia Ferreira (coord.)

Rosa Monteiro

Mónica Lopes

Cláudia Múrias

Data da Edição

Junho 2016

Conceção Gráfica

CH Academy

Francisco Horta e Vale

PROMOTOR:



PARCEIROS:



FINANCIAMENTO:



ÍNDICE

Fundamentos - Os porquês	06
Princípios e metodologias - Como proceder?	11
Instrumentos - A que recorrer?	18
Com quem?	26
Boas práticas - Que exemplos?	27
Referências bibliográficas	45

O meu Município
pela Igualdade.

Localmente Construimos
uma Vida Melhor para
Mulheres e Homens.





Fundamentos

Os porquês

Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local

Artigo 13 – A educação e a formação permanente

2. O signatário responsabiliza-se, nos limites da sua competência, pela promoção da igualdade de acesso à educação, à formação profissional e permanente para as mulheres e os homens, as raparigas e os rapazes.

3. O signatário reconhece a necessidade de eliminar qualquer conceito estereotipado dos papéis das mulheres e dos homens em todas as formas de educação. Para tanto, compromete-se a tomar ou promover, como é bom que seja, as seguintes medidas:

- A revisão dos materiais educativos, dos programas escolares e outros, dos métodos de ensino no intuito de garantir que combatem as atitudes e práticas estereotipadas;
- A implementação de acções específicas para incentivar escolhas de carreiras profissionais não convencionais;
- A inclusão específica, nas aulas de educação cívica e de educação para a cidadania, de elementos que realcem a importância da igualdade de participação das mulheres e dos homens no processo democrático.

4. O signatário reconhece que a forma como são dirigidas as escolas e outros estabelecimentos educativos representa um modelo importante para as crianças e os jovens. Obriga-se então a promover uma representação equilibrada das mulheres e dos homens a todos os níveis da direcção e da governança dos estabelecimentos escolares.

(CMRE, 2006: 21)

Em 2014 cerca de 1/5 dos rapazes entre os 14 e os 24 anos deixou de estudar ou frequentar formação sem concluir o ensino secundário.

(Pordata, 2016a)

› Hoje, nas gerações mais novas, as raparigas são já mais do que os rapazes no sistema de ensino, dado terem percursos de escolaridade mais longos. Os rapazes são agora mais afetados pelo abandono escolar precoce (Pordata, 2016a).

A discriminação baseada no género na educação é tanto uma causa como uma consequência de formas mais alargadas de desigualdades de género na sociedade. Para romper este ciclo, a UNESCO está comprometida com a promoção da igualdade de género nos, e através dos, sistemas de educação.

(Unesco, Gender Equality in Education, <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/gender-and-education/>)

› Não significa, porém, que algumas categorias de mulheres e raparigas não continuem a ser afetadas pela discriminação no acesso à educação, nomeadamente as mais velhas ou as pertencentes a determinadas minorias étnicas, que evidenciam níveis mais elevados de analfabetismo.

› O acesso à educação permanece difícil, sobretudo para as raparigas, em certas categorias da população, nomeadamente, nas pessoas de etnia cigana. O Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (Mendes, Magano e Candeias, 2014: 172) revela níveis de ensino muito baixos para ambos os sexos, mas nas mulheres ciganas são ainda inferiores, sendo raros os casos em que ultrapassam o ensino primário. Também ao nível das representações, as pessoas ciganas inquiridas reconhecem que os seus rapazes deveriam ter percursos de escolaridade mais prolongados, baixando esse quase consenso quando se trata das raparigas.

› O uso de novas tecnologias coloca as mulheres, em Portugal, numa clara desvantagem em relação aos homens. Esta desvantagem é, em Portugal, superior à que se verifica mesmo nos outros países do sul da Europa, colocando as mulheres numa situação de desvantagem relativa nos processos mais exigentes em termos de adaptação às mudanças tecnológicas (Pereirinha, 2010: 21).

› O sector da educação, refletindo a ideia de que esta é uma incumbência sobretudo das mulheres, é altamente feminizado. As mulheres representam à volta de 2/3 do total de docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário (Pordata, 2016b).

› A educação pré-escolar (onde a imagem do/a responsável pela educação é a de substituta de uma mãe ou de uma avó) é a recordista da feminização, sendo o número de homens praticamente residual. Esta situação não promove a diversidade de género no sistema de ensino, para além de reproduzir a ideia da responsabilidade dos cuidados da criança como exclusiva das mulheres.

› As mulheres estão presentemente em maioria entre os/as estudantes do ensino superior (à volta de 55% desde a década de 1990), mas não se distribuem equitativamente pelas áreas de educação e formação. São mais de 80% na Educação e ainda mais de 2/3 na Saúde e Proteção Social, mas pouco mais de 1/4 nas Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção (Pordata, 2016c).

Um estudo recente demonstra que as crianças têm mais tendência a expressar visões estereotipadas de atividades “apropriadas” para rapazes e raparigas quando os/as professores/as distinguem as atividades em função do sexo.

A investigação abrangeu 57 crianças dos 3 aos 5 anos em duas escolas do ensino pré-escolar. Numa foi pedido aos/às professores/as que fizessem distinções de género nas atividades a desenvolver na sala de aula; noutra foram desencorajados/as a fazê-lo. As crianças cujos/as professores/as fizeram distinções por sexo nas atividades revelaram um aumento de atitudes estereotipadas em termos de género (por exemplo, “só as raparigas” devem brincar com bonecas).

(Hillard e Liben, 2010)

› Na maioria dos países, Portugal incluído, as estruturas educativas continuam a mostrar-se resistentes a mudanças em favor de um sistema de género mais igualitário, o que pode estar relacionado com a ausência de reflexão acerca das questões de género no processo de formação dos/as professores/as, bem como com a não incorporação da investigação sobre género na educação (European Commission, 2012).

O relatório do estudo de 2014 do Health Behaviour in School-Aged Children (HBSC) revela que, em Portugal, entre os/as alunos/as do 8.º e 10.º ano inquiridos/as que já tinham tido a sua primeira relação sexual, quase 1/5 preferia que esta tivesse acontecido mais tarde ou não queria realmente ter tido relações sexuais. Analisados os dados por sexo, são mais as raparigas que acusam este desconforto com a altura da primeira relação.

(HBSC, 2015)

› O sector da educação desempenha um papel central na preparação das crianças e jovens para os seus papéis e responsabilidades de adultos/as, devendo dotá-los/as de conhecimento que lhes permita fazer escolhas responsáveis, incluindo ao nível sexual. Cada vez mais os/as jovens têm a sua primeira experiência sexual enquanto ainda frequentam a escola, o que torna esta instituição um ator chave na educação acerca da saúde sexual e reprodutiva.

No estudo da HBSC menos de metade dos/as jovens dos 6.º, 8.º e 10.º ano inquiridos/as afirma ter tido, no ano letivo em causa, “aulas/ sessões/ conferências onde falaram de educação sexual”.

(HBSC, 2015)

› Embora objeto de regulamentação desde 2009 (Lei 60/2009, de 9 de agosto), na prática, no sistema de ensino em Portugal, a educação sexual não está incluída nos currículos e nas políticas escolares e, mesmo na sua forma mais episódica, não está generalizada.

› A escola é também estratégica no fomento da educação física e da prática desportiva, tanto mais que é sabido que a maioria das pessoas que desenvolve cedo hábitos de exercício físico mantém esse hábito ao longo da vida (European Commission, 2010). Verifica-se, no entanto, ainda uma desvalorização do envolvimento desportivo das raparigas em meio escolar (APMD, 2009). A importância da igualdade de género na educação física e no desporto escolar é justificada pelo facto de, em Portugal, para a maioria das raparigas, a escola constituir a única oportunidade de prática desportiva organizada e de usufruir dos seus benefícios (APMD, 2009).

Estima-se que, todos os anos, mais de 246 milhões de rapazes e raparigas são assediados/as e abusados/as dentro e ao redor das escolas.

(UNGEI, 2015)

› A violência escolar com base no género pode ter a forma de violência psicológica, física ou sexual. Na sociedade portuguesa, as questões da violência e da segurança na escola colocam-se em relação a formas de bullying que tanto estudantes como pessoal escolar enfrentam. O inquérito de 2014 do HBSC revela que quase 40% dos/as estudantes do 6.º, 8.º e 10.º anos inquiridos/as afirmava já ter sofrido provocações na escola e pouco mais de 30% já terem provocado. Os rapazes são simultaneamente mais protagonistas e mais vítimas do bullying em contexto escolar.

› As participações relacionadas com a violência no namoro registadas à PSP no âmbito do Programa Escola Segura têm vindo a aumentar, o que pode ser efeito de uma maior consciencialização para o fenómeno. Em cerca de 80% dos casos de violência psicológica, são as raparigas que apresentam queixa (Público, 13 de abril de 2015).

› No ano letivo 2013/2014, foram registadas pela PSP e GNR, no âmbito do programa Escola Segura, 119 ocorrências de natureza criminal por posse/consumo de estupefacientes (Sistema de Segurança Interna, 2014). Um inquérito em meio escolar a estudantes do ensino secundário sobre o consumo de drogas e outras substâncias psicoativas (Ministério da Saúde/SIDAC, 2011) revela que são mais os rapazes que já tinham experienciado uma situação de embriaguez (quase metade) em relação às raparigas (cerca de 1/3). Já o consumo recente de tabaco abrange equitativamente cerca de metade de rapazes e raparigas. O uso de cannabis volta a ser superior nos rapazes, em que cerca de 1/3 tinha já experimentado, em comparação com 1/4 das raparigas.



› Os brinquedos constituem um dos principais veículos de reprodução de estereótipos de género, no modo como são concebidos, apresentados, a quem são dirigidos e como são publicitados. Os comerciantes expõem-nos divididos em secções ou prateleiras de meninos e meninas e tal distinção é frequentemente replicada nas creches e nos jardins-de-infância.

A cadeia Target, a segunda maior retalhista norte-americana, anunciou, em Agosto de 2015, que iria deixar de separar os artigos por secção de meninos e meninas. O sector dos brinquedos passará a apresentar os brinquedos por tipo e os corredores deixarão de ter cores a indicar o sexo das crianças a quem supostamente se dirigem. A decisão foi tomada em sequência de reclamações e denúncias de pais e mães, nomeadamente um tweet de uma mãe que se tornou viral, denunciando que, para a marca, os jogos de construção são dirigidos, por defeito, aos rapazes.

(The Washington Post, 9 de agosto de 2015)

Princípios e metodologias

Como proceder?

O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, define o Conselho Municipal de Educação como sendo “uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo”.

› A área da educação, no sentido em que educa e forma pessoas, constitui-se, ou tem potencialidades para se constituir, como um dos principais e mais eficazes instrumentos em prol da igualdade de género.

› As autarquias têm visto aumentar as suas áreas de responsabilidade no sector da educação, já concretizadas generalizada-mente no ensino pré-escolar e no primeiro ciclo (Lei 159/99, de 14 de setembro), incluindo as atividades de enriquecimento curricular (AEC), as de complemento de apoio à família (CAF) e de animação e apoio às famílias (AAAF) (Despacho n.º 12591/2006, Despacho 14460/2008, Portaria 644-A/2015).

O que é o *mainstreaming* de género?

O *mainstreaming* de género na educação é o processo de avaliação das implicações para as raparigas e rapazes/ mulheres e homens de qualquer ação planeada, incluindo legislação, políticas ou programas, em todos os níveis do sistema educativo.

É uma estratégia para tomar os interesses e experiências de raparigas e mulheres, assim como de rapazes e homens, uma dimensão integral do desenho, implementação, monitorização e avaliação de políticas e programas de educação de modo a que raparigas e rapazes/mulheres e homens beneficiem da igualdade, e a desigualdade não seja perpetuada. O objetivo último é alcançar a igualdade de género na educação.

(Adaptado da Resolução 1997/2 da UN ECOSOC) (UNESCO Bangkok, 2009)

A Organização incentiva igualmente o *mainstreaming* das questões da igualdade de género em todos os níveis de ensino (desde a primeira infância ao ensino superior), em todas as modalidades (formal, não formal e informal) e em todas as áreas de intervenção (desde o planeamento de infraestruturas à formação dos/as professores/as).

(Unesco, *Gender Equality in Education*, <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/gender-and-education/>)

Estudos de avaliação de cursos de educação e formação de adultos/as demonstraram efeitos significativos nas mulheres que os frequentaram ao nível do aumento da autoestima, de consciencialização dos seus direitos e do seu papel na família.

(Trindade, Saleiro e Pegado, 2007)

› Mas, em todos os níveis de ensino e todas as áreas educativas, as autarquias constituem um parceiro privilegiado, como reconhecido pela criação dos Conselhos Municipais de Educação e da Carta Educativa, que assentam no princípio da descentralização (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro).

› A atenção à questão da igualdade de género deverá estar transversalmente presente nas políticas e práticas educativas, em todos os níveis e modalidades de ensino.

› O V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação (PNI) «pretende reforçar a intervenção no domínio da educação, designadamente com a integração da temática da igualdade de género como um dos eixos estruturantes das orientações para a educação pré-escolar, ensino básico e secundário» (Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/201, de 31 de dezembro de 2013).

› Pretende igualmente «integrar a dimensão da igualdade entre mulheres e homens na organização e funcionamento escolar» (Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/201, de 31 de dezembro de 2013).

› Em 2015, foi lançado o novo Programa Nacional de Saúde Escolar 2015 (DGS, 2015), que visa desenvolver competências na comunidade educativa que lhe permita melhorar o seu nível de bem-estar físico, mental e social e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida, dado que a investigação demonstra que a maior parte dos problemas de saúde e dos comportamentos de risco, associados ao ambiente e aos estilos de vida, pode ser prevenida ou significativamente reduzida através de um programa de saúde escolar efetivo.

› A inclusão nos currículos da educação e formação da população adulta de conteúdos relacionados com a igualdade de género é especialmente relevante dado serem as gerações mais velhas que mais apresentam valores e práticas menos igualitárias.

Inclusão das comunidades ciganas na educação

Estratégias facilitadoras da adesão desta comunidade à frequência do sistema de ensino e de combate ao insucesso e abandono escolar poderão passar pela sua inclusão na comunidade escolar, seja como mediadores/as, como auxiliares ou mesmo como docentes, e pelo fomento da colaboração entre a escola e as famílias.



› A aposta na formação das mulheres, incluindo as das gerações mais velhas, em novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), seja na educação formal ou não formal, constitui-se igualmente como um modo de combater ou acautelar a perpetuação das desigualdades de género, dada a importância que as TIC adquirem nas sociedades atuais.

› Especial atenção deverá ser conferida à escolarização de pessoas com diferentes backgrounds culturais, nomeadamente a de pessoas de etnia cigana, indo ao encontro dos objetivos da UE (COM (2011) 173 de 5 de abril) e à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 25, de 17 de abril de 2013). As medidas promotoras do acesso e permanência no sistema de ensino devem ser trabalhadas com sensibilidade às diferenças culturais, nomeadamente no que se refere às representações e práticas de género.

› Deve fomentar-se a igualdade de oportunidades de mulheres e homens em todas as áreas de formação, que se refletirá no tipo de profissões exercidas. Este é um trabalho que começa logo na infância com a promoção da igualdade de género no tipo de brinquedos e de brincadeiras. Devem ser desenvolvidas medidas de sensibilização de rapazes e raparigas para as áreas em que uns e outras se encontram sobrerrepresentados/as. Quando se justifique, há que implementar medidas positivas de inclusão do sexo menos representado.



O projeto Breaking the Mould (Quebrar o Molde), desenvolvido pela NUT (Sindicato Nacional de Professores/as do Reino Unido) durante dois anos em cinco escolas primárias incluiu investigação sobre estereótipos de género em sala de aula e mostrou como as crianças ainda frequentemente se autolimitam de acordo com aquilo que consideram que os meninos e as meninas podem fazer.

(NUT, 2013)

Art.º 10.º da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

Os Estados Partes tomam todas as medidas apropriadas para [...]: c) A eliminação de qualquer concepção estereotipada dos papéis dos homens e das mulheres a todos os níveis e em todas as formas de ensino, encorajando a coeducação e outros tipos de educação que ajudarão a realizar este objectivo, em particular revendo os livros e programas escolares e adaptando os métodos pedagógicos.

(AR, 1980: 1878)

› Existe um manancial de investigação disponível que demonstra que a desconstrução de estereótipos de género tem efeitos positivos na qualidade dos resultados escolares para ambos os sexos, ajudando as pessoas jovens e adultas a manter relações respeitadas e gratificantes e melhorando o comportamento na sala de aula (NUT, 2013).

› A perspectiva da igualdade de género deve estar presente nos currículos dos cursos de professores/as, em todas as áreas disciplinares, bem como nas ações de formação de atualização.

› Para garantir a transversalidade da igualdade de género no ensino é igualmente imprescindível rever manuais e outros materiais pedagógicos segundo uma perspectiva de género, em todos os níveis e modalidade de ensino e formação, em interação com a investigação que vai sendo produzida.

› Toda a comunicação na e da escola – linguagem escrita, imagens e sinalética – deve cumprir o princípio da igualdade de género (por exemplo, referindo “os alunos e as alunas”, incluindo imagens de rapazes e raparigas).

› O papel da escola na promoção da igualdade de género no desporto é central por ser mais fácil para as raparigas praticarem desporto em locais seguros com instrutores/as conhecidos/as e de confiança (Council of Europe, 2011).

› As autarquias têm responsabilidade na componente das AEC e das CAF e AAAF, onde devem ser asseguradas práticas desportivas não segregadoras em termos de género, nas práticas pedagógicas, nas condições de acesso e de frequência (incluindo instalações e materiais) e no tipo de oferta, que deve ter em conta as preferências de ambos os sexos. As autarquias podem ainda promover as ligações entre as escolas e as estruturas e coletividades desportivas do concelho para encorajar os/as jovens a continuar a prática desportiva após a saída da escola, sobretudo as raparigas, porque são as que mais desistem.

› A educação sexual deve estar presente no sistema de ensino, integrada num quadro de políticas escolares relevantes e com conteúdos definidos (UNESCO, 2008). Esta não deve ser apenas explorada na sua dimensão biológica e ministrada em disciplinas como a biologia. Deve contemplar a igualdade de género, a violência baseada no género e na sexualidade e o bullying, incluindo o motivado pela orientação sexual e a identidade de género.



O Grupo de Trabalho Global contra a Violência Escolar Baseada no Género (SRGBV) é constituído por mais de 30 parceiros que trabalham para acabar com a violência nas escolas motivada pelas questões de género.

O grupo estabeleceu 16 passos – dirigidos a todos os atores implicados, desde as agências das Nações Unidas, aos Estados, até aos/as próprios/as rapazes e raparigas. Estes passos foram divulgados numa campanha de 16 dias de ativismo.

› As escolas devem constituir-se em “lugares seguros”, onde quem aprende possa expressar-se sem preocupações de ser humilhado/a, rejeitado/a ou tratado/a inadequadamente (UNESCO, 2008). A violência baseada no género constitui uma grave violação dos direitos humanos e impede o direito das crianças à educação; afeta o seu bem-estar psicológico, físico e social e a capacidade de aprendizagem. Quando as escolas estão livres de violência baseada no género, há um efeito cascata positivo para além da sala de aula, incluindo uma transformação das narrativas tradicionais de género e mudanças na forma como as meninas e os meninos veem e se envolvem com o mundo ao seu redor (UNGEI, 2015).

Estatuto do Aluno e Ética Escolar

O aluno tem direito a: a) Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da comunidade educativa, não podendo, em caso algum, ser discriminado em razão da origem étnica, saúde, sexo, orientação sexual, idade, identidade de género, condição económica, cultural ou social ou convicções políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas; b) Usufruir do ensino e de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei, em condições de efetiva igualdade de oportunidades.

(Estatuto do Aluno e Ética Escolar, Lei nº 51/2012 de 5 de setembro, Artigo 7.º – Direitos do aluno)

Equality Act – Reino Unido

O Equality Act 2010 estipula que, desde abril de 2012, todas as escolas do Reino Unido, incluindo as primárias, estão obrigadas a apresentar prova de que estão a tomar medidas que assegurem que as pessoas transgénero estão a ser tratadas de forma igualitária dentro da organização. Têm que demonstrar que têm políticas em vigor que apoiam a inclusão das pessoas transgénero. Inclui funcionários/as, pais e mães e alunos/as.

(<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2010/15/contents>)



Após estar em vigor nos EUA, desde 2014, a McDonalds anunciou que “as equipas [em Portugal] serão instruídas para descrever os brinquedos pelas suas qualidades e não oferecer certos brinquedos a rapazes e outros a raparigas”.

(Diário de Notícias de 1 de Março de 2016)

› Os estereótipos de género, nomeadamente relacionados com a construção, demonstração e reprodução da feminilidade e da masculinidade, estão por detrás de formas de discriminação verbais e físicas presentes nas escolas que devem ser monitorizadas. Uma forma de intervir sustentadamente passa pela criação de mecanismos que permitam a queixa/ denúncia dos atos, assegurando a confidencialidade e o anonimato, pelas próprias pessoas visadas, ou por quem deles tenha conhecimento, através, por exemplo, de plataformas disponíveis online. Poderão ser criados “observatórios” da discriminação e violência nas escolas.

› Devem ser asseguradas as condições adequadas a ambientes educativos inclusivos à diversidade de género na infância e na juventude: casas de banho indiferenciadas ou com a possibilidade de escolha individual; possibilidade de utilização de nome distinto do legalmente fixado, acesso dos/as alunos/as a materiais pedagógicos e a informação que lhes permita viver plenamente a sua identidade de género; informação e apoio a pais e mães.

› A todas as crianças, independentemente do seu sexo, devem ser dadas iguais oportunidades de brincar com quaisquer tipos de brinquedos ou brincadeiras, não devendo estes constituir-se em objetos de perpetuação de estereótipos e regras de género. Devem por isso evidenciar-se esforços – em conjunto com responsáveis de creches, jardins de-infância e de escolas do 1.º ciclo, responsáveis de bibliotecas e ludotecas e comerciantes – no sentido de acabar com práticas segregadoras no brincar.

› Esta preocupação deverá estar presente na concessão de financiamentos e nas aquisições de material, bem como na monitorização de espaços para a infância. Devem também ser empreendidas ações de sensibilização para comerciantes e campanhas destinadas ao público em geral.

- › Para as campanhas de sensibilização para a não segregação de género no brincar, devem ser disponibilizados os canais de comunicação municipais – órgãos de comunicação social, espaços públicos de informação e publicitação – e também os espaços municipais destinados à infância (nomeadamente as bibliotecas e ludotecas municipais ou eventos para a infância).
- › Em todas as atividades, espaços públicos e eventos destinados à infância (por exemplo, comemorações do Dia Internacional da Criança) deve ser assegurada a conformidade ao princípio da não segregação de género (na organização e sinalização do espaço, nas atividades propostas, nas imagens e textos de publicitação do evento, etc.).
- › As atividades escolares da responsabilidade das autarquias devem constituir-se em espaços privilegiados de fomento da igualdade de género. As AEC, CAF, AAAP e atividades de ocupação dos períodos de interrupção letiva devem incorporar este princípio no tipo de temáticas trabalhadas e de atividades culturais e desportivas propostas.
- › As decisões e intervenções em matéria de educação a nível local devem ser sustentadas por um diagnóstico da situação do concelho em termos de igualdade de género.

Instrumentos

A que recorrer?

› De seguida apresentam-se exemplos de questões para as quais se deve procurar obter resposta quando se pretende fazer um diagnóstico da situação da educação com uma perspetiva de género. São múltiplos os *stakeholders* a envolver no diagnóstico, desde logo os decisores políticos, com destaque para os autárquicos e para as escolas, e para o Conselho Municipal de Educação, sem esquecer associações de direitos humanos e de igualdade de género e outras representantes do terceiro sector. O conjunto de indicadores propostos no quadro 2 deve ser mobilizado na resposta às questões elencadas.

› Quadro 1. – Exemplos de questões de diagnóstico da igualdade de género na área da educação

Qual o nível das desigualdades entre mulheres e homens nas qualificações escolares? Que iniciativas/ações têm vindo a ser desenvolvidas para o aumento das qualificações das gerações mais velhas, sobretudo de mulheres? Para o combate ao abandono escolar sobretudo dos rapazes? Para o aumento da frequência escolar das crianças e jovens de etnia cigana, sobretudo das raparigas?

Quais são as competências de homens e mulheres do concelho, sobretudo os/as mais velhos/as, em termos das novas tecnologias de informação e comunicação? Que ações/iniciativas têm sido desenvolvidas para aumentar o acesso à Internet e as competências em TIC, sobretudo das mulheres mais velhas?

Como tem sido incorporada a igualdade de género na educação e formação da população adulta? Que tipo de ações/iniciativas de promoção da igualdade de género têm vindo a ser desenvolvidas nos diversos cursos?

O ambiente escolar respeita a igualdade de género, no que se refere a programas, manuais e outros materiais escolares, práticas educativas, instalações? Que ações/iniciativas têm vindo a ser desenvolvidas no sentido de que esta seja respeitada em programas, manuais, práticas educativas e instalações?

Que tipo de ações/iniciativas de formação/sensibilização em igualdade de género tem vindo a ser desenvolvido para professores/as e responsáveis dos órgãos das escolas?

› Quadro 1. – Exemplos de questões de diagnóstico da igualdade de género na área da educação

Que tipo de ações/iniciativas de formação/sensibilização em igualdade de género tem vindo a ser desenvolvido para administrativos/as e auxiliares das escolas?

Que tipo de ações/iniciativas de promoção da igualdade de género na aprendizagem (nos currículos, em atividades extra-curriculares, em projetos, em comemorações, etc.) tem vindo a ser desenvolvido para os/as alunos/as dos diferentes níveis de ensino?

Que ações/iniciativas têm sido desenvolvidas em direção a uma maior paridade (funções de chefia e direção, docência, auxiliares) onde as desigualdades se revelem mais significativas?

Que tipo de ações/iniciativas de promoção da igualdade de género tem vindo a ser desenvolvido para pais, mães e encarregados/as de educação?

Que iniciativas/ações têm vindo a ser desenvolvidas para a promoção da educação sexual (nas escolas, nos centros de saúde, nas associações de jovens, etc.)? Que entidades têm participado?

Que ações/iniciativas têm sido desenvolvidas para medir e combater o bullying sexual, homofóbico e transfóbico?

Que ações/iniciativas para a promoção da igualdade de género têm sido desenvolvidas na comunidade em geral? Que públicos têm vindo a ser abrangidos (pessoas mais velhas, população adulta, jovens, crianças)? Que tipo de entidades tem participado?

Que iniciativas têm sido desenvolvidas para a promoção de igualdade de género ao nível da apresentação e comercialização de produtos para a infância? Que entidades e estabelecimentos têm sido abrangidos?

› Quadro 2 - Indicadores de género na área da educação

Área	Indicador	Fonte
Informação estatística disponível a nível concelhio		
Escolaridade	População residente do sexo feminino por nível de escolaridade em % do total de população por nível de escolaridade completo mais elevado, segundo os censos	INE, PORDATA
	População residente com 15 e mais anos sem o ensino secundário por sexo, segundo os censos	INE, PORDATA
	Taxa de analfabetismo por sexo, segundo os censos	INE, PORDATA
	Alunos/as matriculados/as no ensino pré-escolar, por sexo	DGEEC/MEC, PORDATA
	Alunos/as matriculados/as, segundo o nível de ensino não superior, por sexo	DGEEC/MEC, PORDATA
	Taxa real de pré-escolarização	DGEEC/MEC
	% de alunas por nível de ensino não superior	DGEEC/MEC, PORDATA
	Alunos/as matriculados/as no ensino superior universitário e politécnico por sexo	DGEEC/MEC, PORDATA
Docência	Docentes do sexo feminino em % dos docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário, por ciclo de ensino	DGEEC/MEC, PORDATA

› Quadro 2 - Indicadores de género na área da educação

Área	Indicador	Fonte
Informação estatística a recolher/produzir pela autarquia		
Educação de adultos/as	- N.º de pessoas a frequentar cursos de alfabetização, por sexo e idade	Estabelecimentos de ensino e formação
	- N.º de inscritos/as em processo de RVCC, por sexo e idade	Entidades com RVCC
	- N.º de pessoas a frequentar cursos em TIC, por sexo e idade	Entidades que ministram cursos em TIC, Centros de Formação Profissional
	- N.º de ações em igualdade de género (IG) na educação e formação de adultos/as, por tipo de ações e tipo de cursos	IEFP, GIP, entidades com cursos de educação/ formação para adultos/as
	- N.º de pessoas adultas em processos de educação e formação de adultos abrangidos por ações em IG, segundo o sexo, a idade e o tipo de curso	IEFP, GIP, entidades com cursos de educação/formação para adultos/as
	- N.º e % de alunos/as a frequentar a universidade sénior /intergeracional, por sexo e idade	Universidade sénior/intergeracional
Abandono escolar	- Taxa de abandono escolar precoce feminina e masculina	Agrupamentos de escolas
Alunos/as com NEE	- N.º e % de alunos/as com NEE por sexo	Agrupamentos de escolas
Atividades de enriquecimento curricular	- N.º e % de estabelecimentos do concelho com atividades de enriquecimento curricular (AEC)	Autarquia
	- Entidades promotoras de atividades de enriquecimento curricular (AEC) no concelho, por tipo de entidade promotora (autarquias, agrupamentos de escolas, associações de pais e mães, IPSS)	Autarquia
	- Evolução do n.º de alunos/as do concelho abrangidos/as por atividades de enriquecimento curricular (AEC)	Autarquia

› Quadro 2 - Indicadores de género na área da educação

Área	Indicador	Fonte
Atividades de Animação e Apoio à Família	- N.º e % de estabelecimentos com atividades de animação e apoio à família (AAAF)	Autarquia
	- Evolução do n.º de alunos/as do concelho abrangidos/as por atividades de animação e apoio à família (AAAF)	Autarquia
Complem. de Apoio à Família	- N.º e % de estabelecimentos com atividades de apoio à família (CAF)	Autarquia
	- Evolução do n.º de alunos/as do concelho abrangidos/as por atividades de apoio à família (CAF)	Autarquia
Feminização	- N.º e % de representantes no Conselho Municipal de Educação, por sexo	Conselho Municipal de Educação
	- N.º e % de representantes nos Conselhos Gerais de Escola, por sexo	Agrupamento de Escolas
	- % de mulheres nos órgãos diretivos das escolas	Agrupamentos de escolas
	- % de auxiliares de ação educativa por sexo	Agrupamentos de escolas
	- % de delegadas de turma, por ciclo de ensino	Agrupamentos de escolas
	- % de mães no conjunto de representantes de encarregados/as de educação, por ciclo de ensino	Agrupamentos de escolas
	- N.º de ações de promoção da representação equilibrada de mulheres e homens nos órgãos de direção e governos das escolas, por tipo de ações	Agrupamento de escolas
	- N.º e % de docentes com formação em IG, segundo o sexo, a idade e a área de formação	Agrupamentos de escolas
Competências em igualdade de género	- % de docentes com formação em IG no total de docentes, por ciclo de ensino	Agrupamentos de escolas
	- N.º e % de auxiliares de ação educativa com formação em IG, segundo o sexo, a idade, e a área de formação	Agrupamentos de escolas

› Quadro 2 - Indicadores de género na área da educação

Área	Indicador	Fonte
Ações/iniciativas de promoção da igualdade de género	- N.º de ações em IG em estabelecimentos escolares, por grau de ensino (incluindo creche e pré-escolar) e tipo de entidade promotora	Autarquia, agrupamentos de escolas, IPSS
	- N.º % de alunos/as abrangidos/as por ações em IG em estabelecimentos escolares, por ciclo de ensino	Autarquia, agrupamentos e de escolas, IPSS
	- N.º de ações de promoção da IG para docentes, por tipo de ações e ciclo de ensino	Autarquia, agrupamentos de escolas, IPSS
	- N.º e % de docentes abrangidos/as por ações de promoção de IG, por sexo, áreas disciplinares e ciclo de ensino	Autarquia, agrupamentos de escolas, IPSS
	- N.º de ações de promoção de IG para auxiliares de ação educativa, por tipo de ações e ciclo de ensino	Autarquia, agrupamentos e estabelecimentos escolares, IPSS
	- N.º de auxiliares de ação educativa abrangidos/as por ações de promoção de IG, segundo o sexo e o ciclo de ensino	Autarquia, agrupamentos e estabelecimentos escolares, IPSS
	- N.º de ações de promoção de IG para dirigentes de escolas, segundo o tipo de ações	Autarquia, agrupamentos e estabelecimentos escolares, IPSS
	- N.º e % de dirigentes de escolas abrangidos/as por ações de promoção de IG, por sexo	Agrupamentos de escolas
	- N.º de ações de promoção da IG para pais/mães e encarregados/as de educação, por tipo de ações e ciclo de ensino	Agrupamentos de escolas
	- N.º de pais/mães e encarregados/as de educação abrangidos/as por ações de promoção de IG, por sexo e ciclo de ensino	Agrupamentos de escolas, associações de pais e EE
	- N.º de ações de promoção da IG nas atividades das AEC por tipo de ação	Agrupamentos de escolas, associações de pais e EE
	- N.º e % de alunos/as abrangidos/as por ações de promoção da IG nas atividades das AEC, por ano de escolaridade	Agrupamentos de escolas
	- N.º de ações de promoção da IG nas atividades das CAF/AAAF por tipo de ação e ciclo de ensino	Agrupamentos de escolas
	- N.º de alunos/as abrangidos/as por ações de promoção da IG nas atividades das CAF/AAAF, por ciclo de ensino e ano de escolaridade	Agrupamentos de escolas
	- N.º e % de professores/as que utilizam recursos desenvolvidos para a promoção da IG, por ciclo de ensino e sexo	Agrupamentos de escolas
	- N.º de parcerias estabelecidas entre as escolas e outras entidades para o desenvolvimento de iniciativas de IG	Agrupamentos de escolas
	- N.º e % de escolas/agrupamentos de escolas que estabeleceram parcerias/protocolos para o desenvolvimento de iniciativas de IG	Agrupamentos de escolas

› Quadro 2 - Indicadores de género na área da educação

Área	Indicador	Fonte
Ações/iniciativas de promoção da igualdade de género	- N.º de iniciativas (comemorações de dias, exposições, concursos, trabalhos escolares temáticos) para a promoção da IG desenvolvidas nas escolas, por tipo de iniciativas e ciclo de ensino	Agrupamentos de escolas
	- N.º e % de alunos/as abrangidos/as por iniciativas para a promoção da IG desenvolvidas nas escolas durante o ano letivo, por tipo de iniciativas e ciclo de ensino	Agrupamentos de escolas
Igualdade de género nas atividades letivas	- N.º de iniciativas de revisão dos manuais, programas, métodos e práticas escolares de combate a atitudes e práticas estereotipadas, por tipo de iniciativas e ciclo de ensino	Agrupamentos de escolas
	- N.º de iniciativas de promoção da IG nas aulas que trabalham as questões da cidadania	Agrupamentos de escolas
	- N.º e % de turmas que trabalharam a temática da IG, por ano de escolaridade	Agrupamentos de escolas
	- N.º e % de escolas com iniciativas de introdução dos Guiões de Educação – Género e Cidadania	Agrupamentos de escolas
Desporto	- N.º e % de rapazes e de raparigas com pelo menos uma inscrição no desporto escolar	Agrupamentos de escolas
	- N.º de inscrições no desporto escolar, segundo o sexo, a modalidade e o ciclo de ensino	Agrupamentos de escolas
	- % de rapazes e raparigas a frequentar modalidades desportivas nas AEC por modalidade	Agrupamentos de escolas
	- % de rapazes e raparigas a frequentar modalidades desportivas nas CAF/AAAF por modalidade e ciclo de ensino	Agrupamentos de escolas
	- N.º de ações de promoção da prática desportiva das raparigas, por tipo de ação e ciclo de ensino	Agrupamentos de escolas
	- N.º de protocolos celebrados entre as escolas/autarquias/IPSS para a prática desportiva das raparigas ou que incluem raparigas	Agrupamentos de escolas
Bibliotecas	- N.º de recursos sobre IG disponíveis nas bibliotecas escolares, segundo o tipo de recursos	Agrupamentos de escolas
	- Investimento em recursos de promoção da IG nas bibliotecas escolares, por tipo de recursos e ciclo de ensino	Autarquia, agrupamentos e estabelecimentos escolares
	- N.º de recursos sobre IG disponíveis nas bibliotecas municipais, segundo o tipo de recursos	Agrupamentos de escolas
Infância	- N.º de iniciativas de monitorização da igualdade de género nos espaços dirigidos à infância (organização do espaço, recursos, utilização de cores, textos e imagens, etc.)	Autarquia
	- N.º de campanhas de sensibilização para a igualdade de género nos brinquedos e nas brincadeiras	Autarquia

› Quadro 2 - Indicadores de género na área da educação

Área	Indicador	Fonte
Violência	- N.º e % de participações por violência no namoro, segundo o sexo da vítima e o sexo do/a agressor/a	Agrupamentos de escolas Programa Escola Segura
	- N.º e % de incidentes/participações relacionadas com <i>bullying</i> , segundo o sexo da vítima e o sexo do/a(s) agressor/a(s)	Agrupamentos de escolas Programa Escola Segura
Consumo de estupefacientes	- N.º e % de casos de posse/consumo de estupefacientes, segundo o sexo e o tipo de estupefacientes	Agrupamentos de escolas Administração Regional de Saúde Programa Escola Segura
	- N.º e tipo de iniciativas de prevenção e combate ao consumo de estupefacientes	Agrupamentos de escolas Administração Regional de Saúde
Ação Social Escolar	- N.º e % de alunos/as que beneficiam da ação social escolar, segundo o sexo e o tipo de família	Agrupamentos de escolas

Com quem?

As autarquias deverão articular-se com um conjunto de outras entidades para o desenvolvimento das estratégias e ações propostas na área da educação. Os Conselhos Municipais de Educação, por constituírem um órgão agregador de várias entidades e áreas, estão especialmente bem posicionados para se constituírem como o motor das mudanças.

- › Câmara Municipal (divisão da Educação);
- › Juntas de freguesia;
- › Comunidades Intermunicipais (CIM);
- › Ministério da Educação (Direção Regional de Educação);
- › Conselho Municipal de Educação;
- › Escolas e agrupamentos de escolas do concelho, incluindo o sector público e o particular e cooperativo;
- › Conselhos Gerais das Escolas;
- › Instituições de ensino para a população idosa (universidades sénior, intergeracional);
- › Investigadores/as, centros de investigação e universidades;
- › Profissionais da educação, incluindo professores/as, diretores/as e formadores/as;
- › Associações e sindicatos de professores/as;
- › Instituições de formação de professores/as;
- › Clubes, associações e coletividades desportivas;
- › Outras IPSS do concelho;
- › Editoras;
- › Comerciantes (livrarias e papelarias, lojas e hipermercados, etc.);
- › Associações de estudantes;
- › Jovens, representados pela sua diversidade e pela diversidade de organizações e associações que com eles/as trabalham;
- › Pais, mães e encarregados/as de educação e respetivas associações;
- › Associações de mulheres e de promoção da igualdade de género;
- › Associações de imigrantes;
- › Associações LGBT e de mães e pais de pessoas LGBT;
- › Outras ONG;
- › Meios de comunicação social (locais, regionais e nacionais).

Boas práticas

Que exemplos?

De seguida apresenta-se uma listagem contendo tipos e exemplos concretos de boas-práticas. Estas devem adaptar-se a cada contexto e realidade concreta. Algumas das boas práticas identificadas têm na autarquia o seu principal promotor; outras assemntam no estabelecimento de parcerias e protocolos em que a autarquia pode contribuir para a sua concretização de diversos modos (incentivar iniciativas, exercer influência, dar apoio logístico, material, financeiro, informar e divulgar).

Recolha de informação e produção de dados

- › Implementar mecanismos de recolha e análise de dados, desagregados por sexo e outras variáveis pertinentes, que informem as decisões municipais em matéria de educação.
- › Produzir diagnósticos municipais de educação, com uma perspetiva de género.
- › Apoiar a realização de trabalhos de investigação (mestrado, doutoramento, projetos de investigação) na área da educação que incidam sobre a realidade do concelho.

No âmbito do **“Projeto Igualdade de Género”**, implementado em 19 municípios noruegueses, entre 2011 e 2013, pelo Gender Equality, de Hamar, uma das áreas trabalhadas com os municípios foi a da educação, ao nível dos jardins-de-infância, no sentido de introduzir a perspectiva de género na formação educativa. Para responder à questão de se os/as funcionários/as dão as mesmas oportunidades e tratam de modo equitativo meninos e meninas, implementaram-se inquéritos e grelhas de observação. A observação permitiu identificar formas subtis de desigualdade de tratamento, que não são conscientemente percebidas pelas pessoas responsáveis pela educação das crianças. Por exemplo, contabilizaram as vezes em que as raparigas e os rapazes eram tratados pelo seu nome e verificaram que, para as raparigas, optava-se preferencialmente por um tratamento do tipo “minha querida” e “amor” em substituição do nome próprio, o que não acontecia com os rapazes. Identificou-se assim a necessidade de fomentar o diálogo e a reflexão entre as pessoas que educam no sentido de alteração de representações e práticas de género.

No Klokkegård Kindergarten, jardim-de-infância localizado no município de Drammen, na Noruega, decorre um **programa de formação para jovens rapazes** trabalharem, em horário pós-escolar, no jardim-de-infância. Trata-se de uma medida de discriminação positiva de contratação numa área profissional tradicionalmente ocupada quase hegemonicamente por um dos sexos, neste caso, mulheres. O triplo objetivo passa por aumentar o número de elementos do sexo masculino em instituições de guarda de crianças; incrementar o número de jovens rapazes que optam pelos cursos de acesso à profissão de educação de infância; e aumentar as competências e a experiência de homens como cuidadores.

› Promover ou apoiar estudos ou projetos de investigação sobre género nas escolas, que permitam retirar ilações sobre práticas e a devolução dos resultados a intervenientes da comunidade escolar.



Tomando como ponto de partida uma etnografia do quotidiano de uma turma de 8.º ano de uma escola lisboeta, o estudo **“Fazendo Género no Recreio”**, da autoria de Maria do Mar Pereira, problematiza a performatividade do género, isto é, o modo como masculinidades e feminilidades são negociadas na interação. Examinando como é que as/os jovens constroem e contestam fronteiras de género, demonstrou que o género é uma construção diária laboriosa, que produz tanto prazer e união como desconforto e exclusão, e na qual rapazes e raparigas investem de forma ativa mas ambivalente. Na apresentação do estudo aos alunos e alunas da turma estudada, rapazes e raparigas verbalizaram uma consciencialização e disponibilidade para mudança de atitudes, que foi, posteriormente, confirmada por docentes e pais e mães.

(https://www.imprensa.ics.ulisboa.pt/index.php?main_page=product_book_info&products_id=18)

Advocacy, consciencialização e mobilização da comunidade

› Promover a representação equilibrada de mulheres e homens nos órgãos de direção e governo das escolas.

› Promover medidas de fomento da paridade nos estabelecimentos educativos, incluindo nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nas de Complemento de Apoio à Família (AEC) e nas Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF).

› Facilitar a introdução, nas escolas do concelho, dos “Guiões de Educação, Género e Cidadania” disponibilizados para níveis de ensino até ao secundário. Promover a introdução das questões da igualdade de género e da diversidade de género nos currículos educativos.



- › Promover ou apoiar iniciativas de revisão dos manuais, programas, métodos e práticas escolares para garantir que combatam atitudes e práticas estereotipadas.
- › Promover e monitorizar a inclusão da temática da igualdade de género em aulas que trabalhem a cidadania.
- › Assegurar que as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) incorporam e trabalham as questões da inclusão e da igualdade de género.
- › Assegurar que as atividades desenvolvidas no âmbito do Complemento de Apoio à Família (CAF) e das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) incorporam uma perspetiva de igualdade de género.
- › Promover ou apoiar iniciativas de combate aos estereótipos de género nas profissões.



No âmbito do Projeto “Crescer + Igual”, promovido pela Questão de Igualdade – Associação para a Inovação Social, e desenvolvido em parceria com vários municípios do país, foram realizados **Workshops** sobre “**Género e Profissões**” – Reflexão acerca dos estereótipos de género associados à escolha da profissão.
(<http://www.questaodeigualdade.pt/>)

GENERATION F YOUNG FEMINISTS IN ACTION

No Reino Unido existem diversas modalidades de organização de grupos de estudantes nas escolas para a promoção da igualdade de género. Uma dessas modalidades é a apoiada pela associação UK Feminista, que desenvolve ações nas escolas e colégios (*workshops*, campanhas), incluindo um programa de constituição de um grupo feminista nos estabelecimentos escolares, disponibilizando para o efeito o “Guia para a Constituição de um grupo feminista na tua escola ou colégio”.

(<http://ukfeminista.org.uk/take-action/generation-f/>)

› Apoiar a criação de “Núcleos de Igualdade” ou “Embaixadas da Igualdade” nas escolas a partir do 2.º ciclo, apostando nos alunos e alunas mais sensíveis à temática. Deverão incluir professores e professoras, pais e mães também mais sensíveis, com maior interesse e capacitação, envolver outros/as protagonistas, como associações do concelho, e articular com o/a Concelheiro/a Municipal para a Igualdade.

› Criar a figura de “Jovem Mediador/a para a Igualdade”, responsável pela mediação entre a autarquia e as escolas. Tal contratação poderá ocorrer no âmbito dos programas de estágios para jovens.

› Incluir módulos/conteúdos/iniciativas sobre igualdade de género e não discriminação nas formações para a população adulta, abrangendo ações de formação escolar e profissional, ensino formal e não formal ou nas universidades seniores e intergeracionais.



“Avóz da Igualdade” é um projeto promovido pela Questão de Igualdade – Associação para a Inovação Social, que centra a sua intervenção na população na faixa etária compreendida entre os 55 e os 70 anos, nos/as alunos/as do 3.º ciclo e da comunidade em geral da região de Évora e Beja. Tem como objetivos promover uma mudança cultural e de mentalidades no sentido da construção de uma sociedade baseada no princípio da Igualdade; promover, junto da população mais velha a eliminação de estereótipos, mitos e crenças socialmente construídos e diminuir a legitimação e a tolerância social face a qualquer tipo de violência de género; e criar, nas escolas, um diálogo intergeracional para a promoção da igualdade de género e para a prevenção da violência de género.

Desenvolve, em parceria e junto de grupos seniores e universidades seniores, ações de sensibilização para a prevenção e combate à violência de género.

(<http://www.questaoideigualdade.pt/>)

- › Promover cursos em novas tecnologias de educação e comunicação para a população idosa.



**Várias autarquias promovem cursos em TIC para a população idosa.
Uma dessas autarquias é a de Ferreira do Alentejo**

O projeto **Avós Na Net**, promovido pela Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, decorre desde 2009, pretendendo dar resposta às necessidades sentidas pela população com mais de 55 anos, que procura saber e utilizar as novas tecnologias, acompanhando assim a evolução dos tempos.

(<http://www.ferreiradoalentejo.pt/index.php/atividade-municipal/informao-mainmenu-234/notcias/item/2066-o-que-e-o-projeto-avos-na-net>)

Projeto “Eu, Tu, Nós... Gestos de Igualdade de Palmo e Meio”

Promovido pela Câmara Municipal de Odivelas, dirigido aos jardins-de-infância da rede pública e IPSS com esta valência e população em geral, visou despertar os mais novos para o reconhecimento dos benefícios da igualdade de género, da tomada conjunta de decisões que podem contribuir para o estabelecimento de relações caracterizadas por uma maior cooperação, facilitadora da igualdade de oportunidades num processo educativo que respeita diferentes maneiras de ser e de saber.

Pretendeu contribuir para a reflexão de como lidar com as diferenças, a aceitação da diversidade e a eliminação dos estereótipos e a violência adjacente, reforçando a participação de cada criança na sociedade.

(<http://www.cm-odivelas.pt/index.php/igualdade-e-cidadania#projeto-eu-tu-nos...-gestos-de-igualdade-de-palmo-e-meio>)



No âmbito do SIGO – Serviço para a Promoção da Igualdade de Género, da Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso, são desenvolvidas continuamente **ações de promoção da igualdade de género direcionadas para comunidade escolar, em especial alunos/as**, desde o jardim-de-infância até ao ensino superior, recorrendo inclusivamente ao uso dos Guiões Género e Cidadania. São abordados, entre outros, temas como igualdade de oportunidades, *bullying* e *cyberbullying*, discriminação em função da raça e da orientação sexual.

(www.mun-planhoso.pt/accao-social-e-habitacao/servico-para-a-promocao-da-igualdade-de-genero.html)

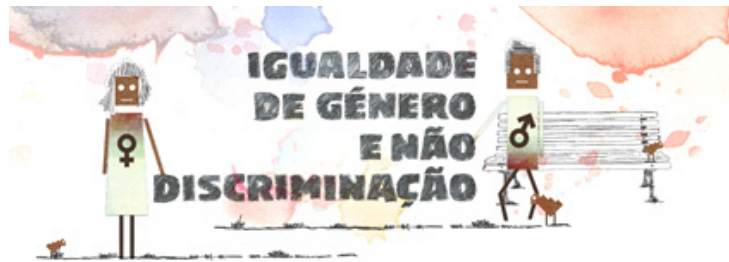
Incentivar e promover práticas educativas e pedagógicas em prol da igualdade e diversidade de género nos jardins-de-infância



Na cidade de Gävle (Suécia), numa creche-infantário para crianças de 1 a 6 anos, a igualdade entre os sexos é definida como um dos objetivos da ação pedagógica. Cada criança é encarada por si mesma, enquanto indivíduo e não enquanto reflexo de qualquer estereótipo sexual, devendo poder desenvolver as suas competências singulares. Raparigas e rapazes são encorajados a ultrapassar as qualidades e os defeitos habitualmente associados a cada sexo, e a ambos são demonstrados motivos de orgulho com a sua pertença de sexo. Os/as educadores/as realizaram um relatório e um filme sobre o modo como trabalham na promoção da igualdade entre os sexos.

No Klokkegården Kindergarten, jardim-de-Infância localizado no município de Drammen, na Noruega, a pedagogia praticada, em que se privilegiam as atividades não estruturadas ao ar livre (o jardim-de-infância localiza-se na floresta) e é diminuta a presença de brinquedos, atenua a segregação sexual, na escolha dos/as amigos/as e no tipo de brincadeiras, proporcionando assim um ambiente igualitário entre raparigas e rapazes. A diversidade de género na infância é também objeto de atenção, havendo um trabalho entre o pessoal do jardim-de-infância e os pais e as mães das crianças para criar condições para uma plena vivência da identidade de género.

› Promover ou apoiar iniciativas/projetos de igualdade de género dirigidas à comunidade educativa (ações de formação/sensibilização, palestras, *workshops*, exposições, etc.).



No âmbito do projeto **“Igualdade de Género e Não Discriminação”**, promovido pela Câmara Municipal de Abrantes com o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, foram desenvolvidas ações de sensibilização/ateliês nas escolas (2.º e 3.º ciclos, secundário, profissional e superior) sobre cidadania, discriminação múltipla, violência no namoro, bullying, estereótipos de género e opções educativas e profissionais e oficinas práticas sobre cidadania, igualdade de género e não discriminação, para alunos/as dos jardins-de-infância e 1.º ciclo. Incluiu ainda quatro workshops denominados “♀♂ - Que Igualdade?” em escolas básicas do concelho, dirigidos a pais, mães, encarregados/as de educação, pessoal docente e não docente, que pretendeu sensibilizar para a importância de uma educação livre de estereótipos e promotora da igualdade de género. Durante a realização dos workshops, e numa lógica de conciliação da vida profissional, foi assegurada a dinamização de uma oficina prática para crianças.

(<http://igualdade.cm-abrantes.pt/>)

As **Semanas pela Igualdade de Género**, promovidas no âmbito do projeto BIIG da UMAR, em vários municípios da Região do Alentejo, foram delineadas e implementadas com as parcerias locais com base nas necessidades identificadas pelas autarquias, escolas e sociedade civil. O projeto era apresentado aos Conselhos Locais de Ação Social, ou outra rede local existente, de modo a que os/as agentes locais tomassem dele conhecimento e pudessem identificar necessidades, partilhar dúvidas e vontades. As temáticas abordadas nos seminários, nas ações/debates e nos trabalhos de alunos/as nas escolas ou com outros públicos, integradas nas “Semanas pela Igualdade de Género”, eram de escolha das parcerias.

(<http://umarfeminismos.org/projectobig/index.php/projecto-biig/semanas-pela-igualdade>)



O Projeto **“crescer + Igual”**, promovido pela Questão de Igualdade – Associação para a Inovação Social, e desenvolvido em parceria com vários municípios do país, dirigiu-se ao 3.º ciclo, abrangendo pessoas-chave intervenientes no processo educativo: professores/as, pais e mães e alunos/as. O projeto desenvolveu ações de sensibilização em igualdade de género para professores/as; para mães e pais; workshops para estudantes; campanha de sensibilização para a promoção da igualdade de género em contexto escolar; jornadas para a Igualdade; construção do jogo pedagógico – Crescer +IGUAL; Kit pedagógico “Crescer +IGUAL” para Professores/as; seminário “Coeducação e Igualdade de Oportunidades – estratégias de intervenção no 3.º Ciclo do Ensino Básico – A experiência do projeto Crescer +IGUAL”.

(<http://www.questaodeigualdade.pt/>)

› Apoiar, ou estabelecer protocolos, para aquisição de materiais educativos promotores da igualdade e diversidade de género nas bibliotecas escolares.



No âmbito do Projeto big ~ Ei ~ Bibliotecas pela Igualdade de Género ~ Escola da Igualdade, promovido pela UMAR, foram entregues **Kits bibliográficos a bibliotecas escolares e municipais** cujas escolas ou municípios tivessem protocolo de parceria com o projeto “BIG/Escola da Igualdade”.

(<http://umarfeminismos.org/projectobig/index.php/o-que-e-o-big-ei/kit-bibliografico>)



Em 2015, a ILGA Portugal, no âmbito de uma colaboração com as Bibliotecas de Lisboa, ofereceu o livro infantil **“Primeiro Nasci no Coração”** a todas as bibliotecas da rede pública - 1.º ciclo e jardins-de-infância dos Agrupamentos de Escolas de Lisboa, bem como à rede de bibliotecas da cidade.

(<http://familias.ilga-portugal.pt/primeiro-cresci-no-coracao-nas-escolas-e-bibliotecas-de-lisboa>)

Sexualidade – Uma perspetiva emocional e fisiológica, projeto destinado a jovens a frequentar o 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e o ensino secundário, promovido pela Câmara Municipal de Loures, as escolas e a Associação Positivo, desenvolveu ações de informação no âmbito da educação sexual dinamizadas em meio escolar. Tem como objetivos proporcionar um conhecimento do desenvolvimento psicosssexual humano ao longo das diferentes etapas da vida, a multiplicidade de comportamentos e manifestações de índole sexual e ainda criar um espaço de tratamento de temas relacionados com a sexualidade, facilitando o debate de ideias e a reflexão sobre valores pessoais e sociais que estão implicados.

- › Desenvolver ou apoiar iniciativas de promoção da educação e saúde sexual.
- › Implementar medidas de combate ao *bullying* sexual e de género, homofóbico e transfóbico nas escolas e outros espaços frequentados por jovens.

- › Capacitar as escolas para a prevenção e atuação perante situações de violência em contexto escolar.



COOLKIT – Jogos para a não-violência e Igualdade de Género. Recurso educativo que integra um conjunto de atividades lúdico-pedagógicas (dinâmicas de grupo, jogos cooperativos, atividades de roleplaying, entre outras técnicas) vocacionadas para abordar questões de género e trabalhar competências de gestão de conflitos junto de adolescentes e jovens. Pretende ser um recurso ao dispor de educadores/as, sejam professores/as, formadores/as, animadores/as, pais e mães ou voluntários/as em atividades educativas, para abordar com jovens temáticas fundamentais dos direitos humanos e contribuir para o desenvolvimento de uma cultura promotora da igualdade de género e da não-violência. Foi concebido no âmbito do projeto “Violência Zero”, a partir de uma experiência-piloto desenvolvida pela CoolLabora na Escola Secundária Quinta das Palmeiras, na Covilhã.

(<http://www.coolabora.pt/publicacoes/coolkit.pdf>)



Projeto Portal B. Formação e Prevenção da Violência em Contexto Escolar.

O Município de Lagoa assinou um protocolo com todos os agentes da rede pública escolar visando dotar os agrupamentos de escolas de competências em matéria de prevenção e atuação perante situações de violência em contexto escolar. Faculta à associação de pais e mães apoio técnico e logístico para a coordenação de um projeto nesta área; disponibiliza espaços para debater esta temática, quer através de Oficinas de Formação/Discussão de casos por cada tipo de ator social em contexto escolar, quer através de Assessoria aos Agrupamentos, fornecendo recursos e estratégias de atuação ao nível da prevenção em contexto de sala de aula/turma, quer ainda através da disponibilização de um dia por mês de atendimento mensal ao público em geral nas instalações da autarquia, permitindo um olhar externo e objetivo sobre a matéria.

Pretende-se vir a criar um **Observatório para a Convivência Escolar**, órgão permanente na recolha de informação sobre a convivência escolar, com o objetivo de contribuir para a avaliação e diagnóstico, análise dos conflitos e apresentação de propostas, recursos que promovam a atuação e a capacitação dos vários intervenientes de forma a atenuar este tipo de comportamentos, trabalhando no acompanhamento, mas sobretudo na prevenção e promoção de comportamentos assertivos e de aceitação da diferença, respeito por si e pelas outras pessoas.

(<http://www.cm-lagoa.pt/pt/noticias/5060/camara-de-lagoa-e-agrupamentos-de-escolas-parceiros-no-%E2%80%9Cprojeto-portal-b---formacao-e-prevencao-da-violencia-em-contexto-escolar%E2%80%9D.aspx>)

- › Desenvolver e divulgar instrumentos pedagógicos para a promoção da igualdade de género e prevenção do *bullying* nas escolas.

› Apoiar a implementação de “observatórios da discriminação” nas escolas, onde, através de meios simples e anónimos, como a Internet ou o telefone, alunos/as ou outros/as intervenientes da comunidade escolar possam reportar episódios de discriminação.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO LGBT



Relatório sobre Homofobia e Transfobia

O “**Observatório de Educação LGBT**”, promovido pela rede ex aequo, permite registar as situações de homofobia e transfobia nas escolas em Portugal através da disponibilização de um formulário *online*, que pode ser preenchido quer por vítimas, quer por testemunhas.

(www.rea.pt/observatorio-de-educacao/)

Apoiar campanhas *anti-bullying* nas escolas.



No âmbito do Projeto Inclusão, lançado em 2009 pela rede ex-aequo, que visa combater o *bullying* homofóbico e transfóbico nas escolas e entre os jovens, foi lançada uma **campanha**, apoiada e financiada pela Comissão para Cidadania e Igualdade de Género (CIG), que passou pela distribuição, nas escolas, **de cartazes e postais** e folheto informativo respondendo a algumas questões sobre orientação sexual e identidade de género. A campanha inclui ações de formação sobre identidade de género e orientação sexual para docentes e outros/as profissionais que trabalham com jovens.

(www.rea.pt/projeto-inclusao/)

› Apoiar ações de informação sobre orientação sexual e identidade de género para a comunidade escolar.



Perguntas e Respostas Sobre Orientação Sexual e Identidade de Género

O **Projeto “Educação LGBTI”** da rede ex aequo elaborou materiais educativos, como “Perguntas e Respostas sobre Orientação Sexual e Identidade de Género” e “Educar para a Diversidade. Um Guia para Professores Sobre Orientação Sexual e Identidade de Género”. O projeto disponibiliza deslocações a escolas básicas e secundária de equipas de jovens para dinamização de sessões com alunos/as e professores/as do 7.º ao 12.º ano, formadores/as de professores, professores/as estagiários/as e alunos/as do ensino superior.

(www.rea.pt/projeto-educacao/)

› Acolher e apoiar iniciativas itinerantes de promoção da igualdade de género.



A “**Carrinha da Igualdade**”, integrada no projeto “Abrindo Caminho para a Igualdade”, promovido pela FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis, aposta na componente local de divulgação, trabalhando com jovens na sensibilização para a igualdade e não discriminação, de maneira a promover o exercício de cidadania e a construção de uma cultura de paz e não-violência e a desconstrução de estereótipos e de preconceitos sociais. A “Carrinha da Igualdade” transforma-se em stand e no seu interior disponibilizam-se computadores com jogos e propostas de trabalho lúdicas, cujas questões convocam à leitura dos conteúdos expostos.

(<http://www.fnaj.pt/igualdade/>)



No âmbito do Projeto big ~ Ei – Bibliotecas pela Igualdade de Género ~ Escola da Igualdade, promovido pela UMAR, foram promovidas as **Olimpiadas da Igualdade de Género**. Participaram alunos/as do ensino secundário de escolas públicas ou particulares, dos municípios abrangidos. As olimpíadas decorreram em duas fases. A primeira foi intraconcelhia, e a segunda colocou em competição as equipas vencedoras de cada um dos concelhos. A igualdade de género é promovida através das artes plásticas, da literatura, da fotografia, da reportagem/vídeo e da composição musical. O prémio foi uma viagem a Amsterdão para visitar o centro de Documentação Aletta – Institute for Women Studies. Este poderia ser um tipo de atividades a desenvolver ao nível das Comunidades Intermunicipais.

(<http://umarfeminismos.org/projectobig/index.php/o-que-e-o-big-ei/olimpiadas-da-igualdade>)



O projeto BIIG – **Biblioteca Itinerante pela Igualdade de Género**, desenvolvido pela UMAR, teve o seu início a 1 de julho 2011 e percorreu a região do Alentejo até dezembro de 2012, apostando na promoção de dinâmicas locais junto de municípios, escolas, associações, cooperativas, grupos informais, rumo a mais e melhor Igualdade de Género e Cidadania.

Incluiu uma Biblioteca Itinerante pela Igualdade de Género, com livros, materiais informativos e jogos pedagógicos. Pretendia ainda ser um espaço de debate sobre os desafios colocados à igualdade de género e do papel dos diferentes agentes enquanto agentes educativos e de mudança.

(<http://umarfeminismos.org/projectobig/index.php/projecto-biig/semanas-pela-igualdade>)

› Lançar ou apoiar concursos de promoção da igualdade de género dirigidos à comunidade escolar.



DIGITALCOOL. Concurso escolar desenvolvido pela Coolabora, em parceria com a Câmara Municipal da Covilhã e a Universidade da Beira Interior, com o objetivo de sensibilizar os/as jovens para a importância da igualdade de género. Os trabalhos poderão consistir em curtas-metragens, vídeos, animações, apresentações ou jogos interativos com duração máxima de 5 minutos. Podem concorrer estudantes do distrito de Castelo Branco que frequentem um grau de ensino igual ou superior ao 3.º ciclo do ensino básico.

(<http://www.coolabora.pt/pt/evento/85>)

› Alargar o leque de modalidades desportivas oferecidas no ensino escolar e pré-escolar, nomeadamente ao nível das AEC e das CAF/AAAF, tendo em conta o interesse das raparigas e dos rapazes.

Várias autarquias dinamizam ou apoiam (disponibilização de transporte, instalações desportivas) programas desportivos para crianças do ensino pré-escolar e de 1.º ciclo que facultam o acesso igualitário de rapazes e raparigas à prática desportiva, criando ainda hábitos de desporto desde tenra idade. Um desses exemplos é o de Lisboa.



O **Programa de Apoio à Natação Curricular**, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, destina-se aos/às alunos/as do 1.º ciclo das escolas da rede pública e procura criar as condições necessárias para que, no final dos quatro anos, se conclua a adaptação ao meio aquático, tal como definido no Programa Nacional de Expressão e Educação Físico-Motora. A participação neste programa é gratuita, mediante inscrição das escolas. O programa utiliza as piscinas e os recursos humanos do m nic pio, estabelecendo parcerias com outras entidades, quando estes são insuficientes. O transporte   cedido pela autarquia, pelo que não tem custos para as escolas.

(<http://www.cm-lisboa.pt/viver/educacao/dentro-da-escola/projetos-promovidos-pelo-municipio>)

› Promover programas de atividade física nas escolas de ensino pr -primário e de 1.º ciclo, que permitam o desenvolvimento de competências motoras e a familiaridade com modalidades desportivas e estruturas e equipamentos desportivos do concelho.

› Articular os serviços do desporto da autarquia e os restantes agentes desportivos do concelho (clubes, associações) com o desporto escolar, nomeadamente divulgando e informando e promovendo a continuidade da atividade desportiva das raparigas para além da escola.

› Rever os regulamentos de participação nos torneios desportivos escolares de modo a não incluírem situações discriminatórias.

› Promover e apoiar iniciativas e projetos em prol da igualdade de oportunidades entre raparigas e rapazes na prática de desporto escolar.

O projeto **Mais Desporto na Escola** foi promovido pela Associação Portuguesa Mulher e Desporto nos anos letivos 2004/2005 e 2005/2006 em parceria com sete escolas do distrito do Porto. O projeto visava contribuir para a diminuição do abandono escolar precoce das raparigas, sensibilizar professores/as para as questões da igualdade de oportunidades na participação desportiva e divulgar e disseminar práticas não sexistas de dinamização e animação desportiva em meio escolar. O projeto envolveu mais de 200 alunos/as do 7.º ao 11.º ano de escolaridade, 9 docentes e 30 atletas de alta competição. Contou ainda com o envolvimento de atores chave dos m nic pios, como eleitos/as locais, dirigentes associativos/as desportivos/as e o Jornal Norte Desportivo. Implicou visitas aos clubes e às autarquias locais para compreender a realidade do desporto no concelho, com uma perspetiva de género.

› Desenvolver e divulgar instrumentos e materiais pedagógicos para a promoção da igualdade de género na atividade física e no desporto escolar.



A partir da experiência do projeto Mais Desporto na Escola foi elaborado o **Manual Despertar para a Igualdade. Mais Desporto na Escola**, um guia de atividades que visa o conhecimento e a reflexão sobre a realidade nacional e concelhia da prática desportiva e propõe exercícios práticos para a promoção da igualdade de género no desporto escolar.

(http://www.igualdade.gov.pt/IMAGES/STORIES/DOCUMENTOS/DOCUMENTACAO/PUBLICACOES/MIOLO_DESPORTO_NA_ESCOLA.PDF)

Guia PAFiC para a Promoção da Atividade Física das Raparigas, de 2010. Elaborado pela equipa de estudos de género na atividade física e desporto da Universidade Complutense de Madrid é uma ferramenta prática para capacitar o corpo docente de educação física para a promoção da igualdade e a transmissão de valores e atitudes igualitárias na prática da educação física escolar e na atividade físico-desportiva.

(http://www.csd.gob.es/csd/estaticos/myd/CarreraMujer/GUIA_PAFiC.pdf)

› Promover programas/medidas de incentivo ao prosseguimento dos estudos de alunos/as de origem de comunidades onde é elevado o abandono escolar, como o de crianças e jovens de etnia cigana, especialmente no caso das raparigas.

› Divulgar ou apoiar campanhas de promoção da igualdade de género nos brinquedos e nas brincadeiras, por exemplo através da disponibilização de *mupis*, *outdoors*, jornais e outros meios de comunicação e divulgação.

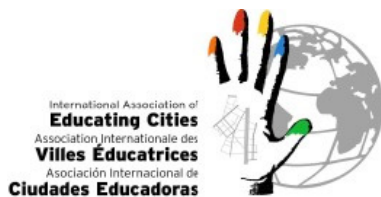


Desde 1995 que o Instituto Andaluz da Mulher desenvolve a **“Campanha del Juego y el Juguete No Sexista, No violento”**, no sentido de sensibilizar a população em geral sobre a necessidade de eliminar o conteúdo sexista e violento de muitos jogos e brinquedos e de incentivar uma atitude crítica sobre o seu consumo e publicidade. Esta iniciativa tem sido aproveitada por diferentes entidades para a realização de atividades no período do Natal, altura de maior concentração de publicidade a jogos e brinquedos nos meios de comunicação social.

(<http://www.juntadeandalucia.es/institutodelamujer/index.php/fondo-documental/publicaciones/>)



A **campanha “Let toys be toys. For Girls and Boys”**, com sede no Reino Unido, visa alertar para a reprodução (ou até reforço) dos estereótipos de género veiculados pelos brinquedos. Para além de denunciar o *marketing* sexista, reconhece as boas-práticas através da atribuição da certificação “Toymark”. Tem ações dirigidas ao comércio, às escolas e aos meios de comunicação social. O seu *site* disponibiliza materiais didáticos (nomeadamente planos de aulas) para o ensino primário; materiais para suscitar a discussão sobre género nas aulas; direciona para um vasto conjunto de recursos pedagógicos de desconstrução de estereótipos de género; e disponibiliza ainda recursos para a intervenção das mães e dos pais caso identifiquem situações de perpetuação de estereótipos de género.



Vários municípios integram a **Rede Territorial das Cidades Educadoras**, que se baseia no princípio de que “Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade”.

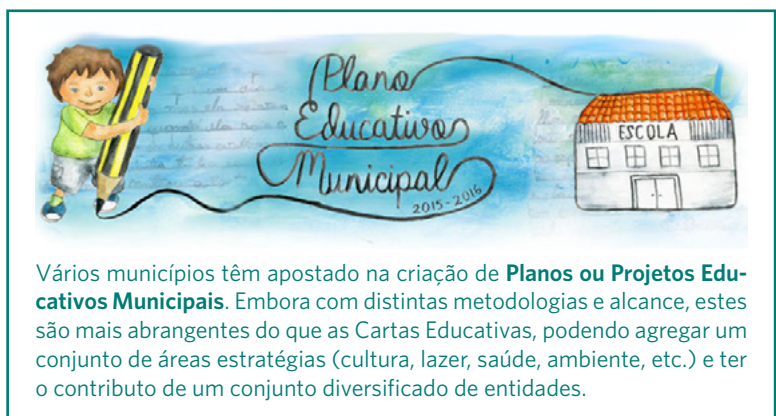
(Carta das Cidades Educadoras, novembro de 2004, <http://comunidadesdeaprendizagem.org.br/Cartadascidadeseducadoras.pdf>)



Igualdade de género nas práticas autárquicas e na prestação de serviços à comunidade

› Integrar redes supramunicipais de promoção da educação, como a rede das cidades educadoras.

› Conceber e implementar Planos ou Projetos Educativos Municipais, integrados e participados, com metas e objetivos definidos.



Vários municípios têm apostado na criação de **Planos ou Projetos Educativos Municipais**. Embora com distintas metodologias e alcance, estes são mais abrangentes do que as Cartas Educativas, podendo agregar um conjunto de áreas estratégicas (cultura, lazer, saúde, ambiente, etc.) e ter o contributo de um conjunto diversificado de entidades.

› Combater o abandono escolar precoce.

A **Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos**, membro da Rede Europeia de Escolas de Segunda Oportunidade, constitui a única resposta socioeducativa especializada em Portugal, a tempo inteiro, dirigida a jovens em abandono escolar com baixas qualificações, percursos de vida desviantes, consumo de drogas, inexistência de suporte familiar e social, ausência de projetos profissionais e de vida e, por isso, em risco de exclusão social. O projeto desta escola visa a inclusão destes jovens através do apoio à transição da situação de abandono escolar para uma bem-sucedida integração em percursos de formação vocacional, emprego e cidadania. Resulta de uma parceria entre a Associação para a Educação de Segunda Oportunidade, a Câmara Municipal de Matosinhos e a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.



A **Orquestra Geração** | Sistema Portugal é um projeto de combate ao abandono e insucesso escolar que utiliza o ensino da música como incentivo para substituir um possível percurso de abandono escolar por um percurso promissor e de criação de oportunidades. Desde a criação da primeira Orquestra Geração em 2007, no Casal da Boba (Amadora), as Orquestras Juvenis Geração têm vindo a expandir-se um pouco por todo o país, mas sobretudo nos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Resultam de uma parceria entre os municípios e os agrupamentos de escolas desses municípios.

(<http://www.orquestra.geracao.aml.pt/>)

› Potenciar o sucesso escolar.



Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar, promovido pela CM de Pombal, em parceria com a EPIS – Associação de Empresários pela Inclusão Social, desde o ano letivo 2014/2015. Trata-se de um projeto-piloto com alunos do 1.º ciclo, com o objetivo de ajudar todos os alunos e alunas a entrarem no 2.º ciclo com competências para o sucesso escolar até aos 12 anos de escolaridade. O sistema de sinalização de alunos/as com fatores de risco de insucesso e abandono escolar é organizado em quatro eixos – Aluno/Família/Escola/Território. Os objetivos passam por: i) Elevar as competências básicas dos alunos do 1.º ciclo, assegurando desde cedo o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos; 2) Promover a igualdade de oportunidades e potenciar o sucesso escolar e formativo para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo através de: reforço do papel social da autarquia, na promoção de medidas de combate à indisciplina e ao absentismo; apoio a alunos com necessidades educativas especiais de modo a promover a sua inclusão, disponibilizando o necessário apoio técnico; reforço da componente da ação social escolar ao nível da alimentação, transporte escolar, do apoio à família, da promoção de atividades extracurriculares e prestação de cuidados de saúde; iii) Contribuir para o reforço das parcerias institucionais na comunidade e com os agrupamentos escolares, incluindo empresas, agentes culturais, entidades do terceiro sector e a sociedade em geral; iv) Contribuir para a realização pessoal das crianças, através do pleno desenvolvimento da sua personalidade, da formação do seu caráter e da educação para a cidadania; v) Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projetos individuais, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes. O projeto é operacionalizado por uma equipa multidisciplinar de técnicos/as contratados/as pelo município (mediadores/as), e com a participação de instituições locais, como, para além dos órgãos e protagonistas das escolas, o centro de saúde e a CPCJ.

(<http://educa.cm-pombal.pt/homepage/pombal-2020.html>)

› Desenvolver programas de Ocupação de Tempos Livres nas Interrupções Letivas (idas à praia, piscina, museus, espaços verdes, etc.), que, para além de uma medida de conciliação, no sentido de facilitar a vida das famílias, promovam o acesso das crianças e jovens de famílias com menos recursos à cultura e lazer e que incluam, nas suas atividades, a perspetiva da inclusão e da igualdade de género.

Referências bibliográficas

APMD – Associação Portuguesa Mulheres e Desporto. 2009. *Mais Desporto na Escola: Educando para a Igualdade*. APMDLisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Disponível no endereço http://www.igualdade.gov.pt/IMAGES/STORIES/DOCUMENTOS/DOCUMENTACAO/PUBLICACOES/MIOLO_DESPORTO_NA_ESCOLA.PDF.

AR – Assembleia da República. 1980. Lei n.º 23/80: Ratifica a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres”, *Diário da República*, I série, n.º 171: 1870-1882. Disponível no endereço <https://dre.pt/application/file/83239>.

CMRE – Conselho dos Municípios e Regiões da Europa e seus parceiros. 2006. *Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local*. Conselho dos Municípios e Regiões da Europa e seus Parceiros. Disponível no endereço http://www.ccre.org/docs/charte_egalite_pt.pdf.

Council of Europe. 2011. *Gender Equality in Sports. Handbook on Good Practices*. Council of Europe. Disponível no endereço http://www.coe.int/t/DG4/EPAS/Publications/Handbook_2%20Gender_equality_in_sport.pdf.

DGS – Direção-Geral da Saúde. 2015. *Programa Nacional de Saúde Escolar 2015*. Lisboa: DGS. Disponível no endereço <http://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/normas-e-circulares-normativas/norma-n-0152015-de-12082015.aspx>.

European Commission. 2010. "Sport and Physical Activity", *Special Eurobarometer 334*. Disponível no endereço http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_334_en.pdf.

European Commission. 2012. *Gender Training in Education. Exchange of good-practices in gender equality. Summary Report*. Disponível no endereço http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/tools/summary_report_pt2012_en.pdf.

HBSC – Health Behaviour in School-Aged Children. 2015. *A Saúde dos Adolescentes Portugueses em Tempos de Recessão. Dados Nacionais 2014*. Lisboa. Disponível no endereço http://aventurasocial.com/arquivo/1437158618_RELATORIO%20HBSC%202014e.pdf.

Hilliard, lacey J. e Lynn S. Liben. 2010. "Differing Levels of Gender Salience in Preschool Classrooms: Effects on Children's Gender Attitudes and Intergroup Bias". *Child Development* 81(6).

Mendes, Manuela, Olga Magano e Pedro Candeias. 2014. *Estudo Nacional sobre a Comunidade Cigana*. Lisboa: Edição ACM.

Ministério da Saúde / SIDAC. 2011. *Inquérito Nacional em Meio Escolar 2011 – Secundário. Consumos de drogas e outras substâncias psicoativas. Uma abordagem Integrada. Síntese de resultados*. Disponível em http://www.sicad.pt/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/127/S%C3%ADntese_de_Resultados.pdf

NUT – National Union of Teachers. 2013. *Stereotypes stopping you doing stuff. Challenging gender stereotypes through primary education*. Disponível no endereço <http://www.teachers.org.uk/educationandequalities/breakingthemould>.

Pereirinha, José António. 2010. "Indicadores de Pobreza numa perspetiva de género". Em Manuel Lisboa (coord.), *Sistema Integrado de Informação e Conhecimento. Inclusão e Desenvolvimento Social*. Disponível no endereço https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-20110728SIIC_IDS.pdf.

Pordata. 2016a. *Taxa de abandono precoce de educação e formação: total e por sexo* referente ao ano de 2014. Disponível no endereço <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+abandon+precoce+de+educa%C3%A7%C3%A3o+e+forma%C3%A7%C3%A3o+total+e+por+sexo-433>.

Pordata. 2016b. *Docentes do sexo feminino em % dos docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino* referente ao ano de 2014. Disponível no endereço <http://www.pordata.pt/Portugal/Docentes+do+sexo+feminino+em+percentagem+dos+docentes+em+exerc%C3%ADcio+nos+ensinos+pr%C3%A9+escolar++b%C3%A1sico+e+secund%C3%A1rio+total+e+por+n%C3%ADvel+de+ensino-782>.

Pordata. 2016c. *Alunos do sexo feminino em % dos matriculados no ensino superior: total e por área de educação e formação* referente ao ano de 2015. Disponível no endereço <http://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+do+sexo+feminino+em+percentagem+dos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+%C3%A1rea+de+educa%C3%A7%C3%A3o+e+forma%C3%A7%C3%A3o+-1051>.

Sistema de Segurança Interna. 2015. *Relatório Anual de Segurança Interna 2014*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna. Disponível no endereço https://www.parlamento.pt/Documents/XIIILEG/Abril_2015/relatorioseginterna2014.pdf.

Trindade, Sónia, Sandra Palma Saleiro e Elsa Pegado. 2007. "Cursos EFA: Que Contributos para as Competências, a Formação e o Emprego?". *Cadernos Sociedade e Trabalho* 10: 175-192.

UNESCO. 2008. *School-Centred HIV & AIDS Care and Support in Southern Africa*. Paris: UNESCO. Disponível no endereço <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001578/157860e.pdf>.

UNESCO Bangkok. 2009. *Gender in Education Network in Asia-Pacific (GENIA) Toolkit: Promoting Gender Equality in Education*. Ban-

gkok: UNESCO Bangkok. Disponível no endereço <http://www.unescobkk.org/education/gender/resources/genia-toolkit/>.

UNGEI – United Nations Girl’s Education Initiative. 2015. “Global Working Group for School-Related Gender-Based Violence (SRGBV)” Disponível no endereço http://www.ungei.org/news/247_srgbv.html.

PROMOTOR:



PARCEIROS:



FINANCIAMENTO

